Apresentação

Apresentamos aos leitores o volume 90, nº 4, relativo ao trimestre de outubro a dezembro de 2024, da *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*. A edição é composta de artigos que foram submetidos por meio de chamada pública ampla*, de fluxo contínuo, com avaliação, ao nosso Corpo de Pareceristas, a quem agradecemos a inestimável contribuição intelectual para a excelência acadêmica de nossa publicação.

Este volume abre com artigo do desembargador do trabalho Francisco Sérgio Silva Rocha em que analisa o potencial das ações de itinerância presenciais para a garantia de acesso à justiça na Região Amazônica. O autor defende que um planejamento sistemático das ações de itinerância, aliado à atuação a distância, por meio digital, permite potencializar o atendimento à população.

Em artigo intitulado "As peculiaridades do salário-maternidade no Brasil", Roberta Antunes analisa as peculiaridades do salário-maternidade como política pública de proteção à mulher. A autora aborda o conceito e a natureza jurídica do benefício, com base na legislação e doutrina atuais, destacando a proteção constitucional e legal à mãe e à gestante beneficiárias.

Thiago Coriolano e Camilo Caldas analisam as disposições normativas que instituem o contrato intermitente e investigam se há compatibilidade da garantia ao direito social de recebimento do aviso prévio aos trabalhadores contratados nessa modalidade contratual em caso de pedido de demissão voluntária por iniciativa do empregado e do empregador.

O artigo do desembargador aposentado Luiz Ronan Koury versa sobre a competência constitucional da Justiça do Trabalho e os recentes julgamentos das Reclamações Constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Lara Caxico Martins analisa o processo de gamificação no ambiente de trabalho sob a ótica utilitarista. A autora observa que a "gamificação" promove um ambiente de trabalho mais produtivo, mas nem sempre mais agradável, uma vez que o processo pode acarretar exaustão e competição excessiva entre os empregados da empresa.

O artigo de Camila Miranda e Paula Dantas, intitulado "A importância da narrativa na petição inicial no Processo do Trabalho", investiga os requisitos da petição inicial, a importância da narrativa para a compreensão, interpretação e julgamento dos pedidos formulados e as consequências que os defeitos narrativos trazem ao processo.

---

* Os artigos podem ser submetidos, a qualquer época do ano, por meio do seguinte endereço eletrônico: revista@tst.jus.br. As normas para a elaboração dos textos encontram-se ao final deste volume.

Almir Carvalho, em seu texto, analisa efeitos da Reforma Trabalhista.

Helena Lazzarin e Matheus Alves, em seu artigo intitulado "Tensões hermenêuticas entre a Justiça do Trabalho e o Supremo Tribunal Federal", preocupam-se em desenvolver reflexões acerca da interpretação normativa.

José Antônio Ribeiro, em artigo intitulado "Acordo extrajudicial e a Resolução nº 586 do CNJ, de 30/9/2024", examina o tema da constitucionalidade desse ato normativo.

As psicólogas Patrícia Pires e Mayte Amazarray avaliam em seu texto a percepção dos operadores do Direito a respeito das contribuições da Psicologia Forense aplicada à saúde mental e trabalho.

Sonilde Lazzarin e Matheus Brum analisam o reconhecimento do trabalho penoso e seus efeitos jurídicos, especialmente a possibilidade de enquadramento como atividade especial para fins de aposentadoria. Os autores argumentam que, em que pese a ausência de critério formal, a penosidade vem sendo reconhecida pelos tribunais, sendo necessária sua regulamentação a fim de assegurar um direito constitucional aos trabalhadores.

O artigo de Luciane Barzotto, Adroaldo Rodrigues e Vivian Graminho aborda o mercado de trabalho feminino e a sua relação com a Lei nº 14.611/2023, conhecida como a Lei da Igualdade Salarial, a LGPD e o *EU AI Act*, que é um instrumento regulamentador do uso de inteligência artificial em processos de gestão de trabalhadores na União Europeia, tão importante no mundo digital.

O ministro do TST Breno Medeiros e a juíza do trabalho Veronica Saraiva em seu artigo avaliam a aplicação da Teoria dos Jogos na resolução de conflitos empresariais, focando na mediação como ferramenta para alcançar soluções consensuais e eficientes.

O artigo de Taciana Lustosa tem como objetivo explorar a relação entre os direitos trabalhistas e os desastres naturais. A autora analisa como essa interseção está intrinsecamente ligada às vulnerabilidades sociais da classe trabalhadora e ao racismo ambiental.

Finalizando a edição, Andreza Baggio e Polyana Caggiano analisam a função da jurisdição constitucional no acesso à justiça e à defesa de trabalhadores vulneráveis, com foco no assédio moral no trabalho, caracterizado por ações repetitivas e abusivas, que comprometem a saúde física e emocional do empregado.

Desejamos a todos uma excelente leitura, na expectativa de que os textos apresentados possam contribuir para promover reflexões e divulgar conhecimento.

Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Ministra Presidente da Comissão de Documentação e Memória